



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO
DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR 2025

ÁREA: DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, no local indicado abaixo:

Nome: _____ Inscrição: _____

2. A duração da prova é de 3 (três) horas para responder a Prova Objetiva e a Redação, que deverá ter entre 15 (quinze) e 30 (trinta) linhas.
3. A Prova Objetiva será composta de 20 questões, sendo 10 questões de Língua Portuguesa e 10 questões de Conhecimentos Específicos.
4. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este caderno com atenção, pois nenhuma reclamação sobre falhas de impressão ou questões faltantes serão aceitas após o início da prova.
5. A correta utilização do Cartão Resposta e da Folha de Redação é de inteira responsabilidade do candidato. Não serão fornecidos Cartão Resposta e/ou Folha de Redação substituto(s) ao candidato.
6. Ao preencher o Cartão Resposta, cada questão está representada pelo seu respectivo número. Utilize apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, em toda a área correspondente à alternativa de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Não serão computadas questões não respondidas (falta de marcação no Cartão Resposta), nem questões que contenham mais de uma resposta marcada, rasura ou emenda, ainda que legível.
8. Durante a prova, não será admitido nenhum tipo de consulta ou comunicação entre candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer equipamento (celular, calculadora, relógio, rádio).
9. Caso o candidato utilize-se de qualquer meio fraudulento durante a execução da prova, a critério da Comissão de Concurso, será eliminado do certame.
10. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao Fiscal de Sala o Caderno de Questões, o Cartão Resposta e a Folha de Redação.
11. Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões, desde que nos últimos 30 (trinta) minutos finais, antes do término da prova.
12. O candidato que se retirar do local de prova não poderá retornar em hipótese alguma.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Assinale a alternativa em que há **erro** de concordância nominal:

- (a) As cláusulas contratuais são claras e objetivas.
- (b) A testemunha apresentou versões contraditórias.
- (c) As partes interessadas estavam cientes e de acordo.
- (d) A cláusula do contrato, apesar de extensa e complexa, estavam mal elaborada.

2. Leia o texto a seguir e assinale a alternativa correta:
"Era um daqueles dias em que tudo parecia dar errado. A estudante perdeu o ônibus, foi surpreendida pela chuva e ainda descobriu que o café, que sempre a animava, estava frio. Mesmo assim, ao chegar em casa, decidiu seguir firme: sentou-se à mesa e continuou estudando."

O pequeno texto está relacionado a:

- (a) A desistência da estudante diante das dificuldades.
- (b) A ironia do destino, que sempre colabora com os planos dela.
- (c) A resiliência da estudante em meio a adversidades.
- (d) A dependência da estudante em relação ao café.

3. Assinale a alternativa em que há **erro** de ortografia, considerando a norma culta da língua portuguesa:

- (a) O juiz proferiu a sentença após o encerramento da audiência.
- (b) O advogado interpôs recurso contra a decisão interlocutória.
- (c) A parte foi intimada para comparecer em juízo.
- (d) O laudo pericial foi anexado aos autos.

4. Leia atentamente o trecho a seguir:

"Durante os debates em sala, é importante se expressar com clareza e evitar qualquer fala ambígua que possa gerar dúvidas ou transmitir uma ideia equivocada."

Com base nas regras de acentuação da língua portuguesa, assinale a alternativa que aponta corretamente a forma correta das palavras destacadas:

- (a) ambígua – dúvidas – ideia
- (b) ambígua – duvidas – ideia
- (c) ambigua – dúvidas – idéia
- (d) ambigua – duvidas – idéia

5. Em qual frase o uso da pontuação está **incorreto**?

- (a) O juiz, após ouvir as partes, determinou nova audiência.
- (b) Não havendo acordo, o processo deverá prosseguir.

(c) As provas documentais, foram apresentadas pela parte autora.

(d) O Acórdão do Tribunal de Contas do Estado foi publicado no Diário Oficial do Estado.

6. Assinale a alternativa que apresenta a correta acentuação gráfica, de acordo com as normas da língua portuguesa:

- (a) onibus, lampada, pólen.
- (b) onibus, lâmpada, pólen.
- (c) ônibus, lâmpada, polen.
- (d) ônibus, lâmpada, pólen.

7. Assinale a única alternativa que apresenta a pontuação correta:

- (a) A Procuradoria-Geral do Pará, é uma instituição sem fins lucrativos.
- (b) O servidor tratou com respeito todos os estagiários.
- (c) O Procurador, fez a petição no último dia do prazo.
- (d) Os estagiários, ouvem as instruções da Procuradora-chefe.

8. Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam a ortografia correta:

- (a) O comportamento do majistrado mostrava-se adequado àquela audiência.
- (b) Os estudantes deixaram de observar as instruções do exame final.
- (c) A Procuradoria-Geral, excepcionalmente, terá plantões nos proximos feriados.
- (d) O requerimento estava adistrito ao pedido naquela demanda judicial.

9. Assinale a alternativa que apresenta a correta acentuação gráfica, de acordo com as normas da língua portuguesa:

- (a) A empresa oferece um bônus aos que atingem as metas estipuladas.
- (b) A utilização do hifen é importante na escrita.
- (c) O gluten pode fazer mal a certas pessoas.
- (d) Os foruns mostram-se importantes no cotidiano daquela atividade profissional.

10. Assinale a alternativa em que a regência verbal está correta:

- (a) O estagiário escreveu à petição ao Procurador.
- (b) A servidora aspirava o cargo de confiança.
- (c) A estagiária sonhou com o futuro.
- (d) Os novos estagiários assistiram o treinamento.

DIREITO

11. Assinale a alternativa correta sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil:

- (a) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e dos Territórios.
- (b) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana.
- (c) A República Federativa do Brasil se rege, nas relações internacionais, pelo repúdio ao capitalismo e pela defesa da intervenção econômica obrigatória.
- (d) Construir uma sociedade livre, justa e solidária é uma diretriz administrativa, não sendo objetivo fundamental da República.

12. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (a) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo assegurado aos brasileiros, mas não aos estrangeiros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (b) É plena a liberdade de associação, sendo permitido, inclusive, a criação de associações de caráter paramilitar, desde que autorizadas pelo Poder Público.
- (c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, não podendo ser nela penetrado nem mesmo em caso de flagrante delito.
- (d) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, conforme a Constituição.

13. Assinale a alternativa correta a respeito da Administração Pública e da Procuradoria-Geral do Estado do Pará:

- (a) A Procuradoria-Geral do Estado exerce funções de representação judicial, mas não possui competência para atividades consultivas ou de assessoramento jurídico ao Poder Executivo.
- (b) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso, sendo dispensável lei específica para contratações temporárias de necessidade excepcional.
- (c) A publicidade dos atos administrativos é princípio absoluto, não admitindo restrições, mesmo quando envolver segurança do Estado.
- (d) As funções institucionais da Procuradoria-Geral do Estado incluem a representação judicial e extrajudicial, bem como atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Estado.

14. No que se refere à licença para tratar de interesse particular, prevista na Lei Estadual nº 5.810/1994, assinale a alternativa correta:

- (a) O servidor, durante a licença, continua recebendo integralmente seus vencimentos por todo o período de afastamento.
- (b) É possível a concessão de nova licença para interesse particular imediatamente após o encerramento da licença anterior.
- (c) A licença para interesse particular pode ser interrompida pela Administração Pública quando houver interesse público ou a pedido do servidor.
- (d) A licença para interesse particular não pode exceder o período de doze meses consecutivos.

15. O princípio da legalidade na Administração Pública:

- (a) Permite à Administração agir conforme o costume administrativo, ainda que em desacordo com a lei formal.
- (b) Confere à Administração margem discricionária para criar normas primárias sem necessidade de delegação legislativa.
- (c) Implica que o agente público somente pode atuar com base na lei e dentro dos limites por ela fixados.
- (d) É aplicável apenas aos atos administrativos praticados no exercício do poder de polícia.

16. Acerca do ingresso no serviço público, marque a alternativa incorreta:

- (a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (c) o prazo de validade do concurso público será de 3 (três) anos, improrrogáveis.
- (d) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

17. De acordo com a Lei nº 12.016/2009 (Lei do Mandado de Segurança), o direito de requerer mandado de segurança extingue-se após um

determinado prazo, contado da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE esse prazo.

- (a) 30 (trinta) dias.
- (b) 60 (sessenta) dias.
- (c) 90 (noventa) dias.
- (d) 120 (cento e vinte) dias.

18. O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) estabelece, em seu Artigo 319, os requisitos que a petição inicial deve indicar. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO corresponde a um dos requisitos expressamente listados no caput do Artigo 319 do CPC.

- (a) O juízo a que é dirigida.
- (b) Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu.
- (c) O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- (d) O rol de testemunhas.

19. Conforme o Artigo 995 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), qual é a regra geral quanto ao efeito dos recursos sobre a eficácia da decisão recorrida?

- (a) Os recursos sempre impedem a eficácia da decisão, possuindo efeito suspensivo automático.
- (b) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido contrário.
- (c) Os recursos possuem efeito devolutivo e suspensivo como regra geral, aplicável a todas as espécies recursais.
- (d) Os recursos impedem a eficácia da decisão apenas se houver trânsito em julgado da matéria.

20. Nos termos do Artigo 1.022 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para sanar determinados vícios. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE os vícios que justificam a oposição de embargos de declaração, conforme o referido artigo.

- (a) Erro de fato, preclusão e coisa julgada.
- (b) Obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
- (c) Incompetência absoluta, litispendência e perempção.
- (d) Nulidade da citação, ilegitimidade da parte e ausência de interesse processual.

REDAÇÃO

Instruções:

1. A redação deverá conter entre 15 (quinze) e 30 (trinta) linhas.
2. Considerando as informações abaixo e com base nos seus conhecimentos, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:
“A importância do Consumo e Produção responsáveis (ODS 12) e sua conexão com a Pauta Climática na COP 30”.
3. Na redação, além do domínio sobre o tema, será avaliada a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da língua portuguesa.

TEXTO 1: “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a COP 30: Como as Metas de Desenvolvimento Sustentável e a Conferência Climática se Conectam.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), representam um compromisso global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir a prosperidade para todos até 2030. Entre os 17 ODS, estão vários diretamente ligados à questão ambiental, incluindo o combate às mudanças climáticas.

A COP 30 (30ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas) será um marco fundamental nesse contexto, reunindo líderes mundiais para discutir estratégias e compromissos que viabilizam a sustentabilidade no planeta. O evento reforçará a necessidade de alinhar políticas e ações aos ODS, garantindo avanços concretos na luta contra o aquecimento global.”

(Fonte: <https://trendclima.com.br/ods-e-cop-30/>)

TEXTO 2: Por que o ODS 12 é tão importante: Produção e consumo sustentáveis?

Infelizmente, o progresso traz consigo uma degradação ambiental que está pondo em perigo a sobrevivência do planeta. O consumo e a produção mundiais dependem do uso que se faça dos recursos naturais, por isso é preciso que este seja realizado de forma eficiente.

De acordo com dados da ONU, o consumo interno de materiais (CIM), que mede a quantidade de materiais extraídos para atender diretamente à demanda de consumo final de um país, não para de crescer, o que deixou uma pegada material global de 95,9 bilhões de toneladas métricas em 2019.

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2025

Quase um terço de todos os alimentos produzidos no mundo – cerca de 1,3 bilhão de toneladas por ano – vai diretamente para o lixo, seja porque não é consumido ou porque estraga devido ao mau funcionamento dos serviços de coleta. O setor de alimentos também consome cerca de 30% da energia do mundo e é responsável por um terço do total de emissões de gases de efeito estufa.

O consumo doméstico e comercial de eletricidade é a segunda área com o maior crescimento do uso de energia nos últimos anos, depois do transporte. Ao mesmo tempo, os subsídios aos combustíveis fósseis – que criam distorções nos mercados de energia e dificultam a transição para alternativas mais limpas e sustentáveis – ressurgiram nos últimos anos após os desafios impostos primeiro pela pandemia da COVID e depois pela crise global de energia desencadeada pela invasão russa na Ucrânia.

Caso esse ritmo de crescimento siga assim, precisaremos de três planetas para proporcionar os recursos naturais necessários e manter os estilos de vida atuais em 2050, quando se espera que haja 9,6 bilhões de habitantes na Terra. Uma produção e consumo responsáveis também podem contribuir para mitigar as desigualdades e a transição para uma economia verde.

Por isso, é necessário promover uma ação global urgente a fim de garantir padrões de consumo e produção sustentáveis. Esse é o motivo pelo qual a ONU estabeleceu o consumo e a produção responsáveis como o ODS 12 de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados em setembro de 2015 como parte da Agenda 2030.

(Fonte:

<https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/comprometi-dos-objetivosdesenvolvimento-sustentavel/ods-12-producao-e-consumo-sustentaveis>)

[illegible]